

### Visitando obras historiográficas do Império Lusitano na Oceania: Um recorte da história de Timor-Leste

*Visiting historiographical works of the Lusitanian Empire in Oceania: A fragment of the history of Timor-Leste*

**Hélio José Santos Maia\***

Universidade de Brasília  
Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira\*\***

Universidade Federal da Bahia  
Salvador, Bahia, Brasil

**Recebido em:** 09 mar. 2020.

**Aprovado em:** 03 jun. 2020.



---

\* Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, atuando também no Programa de Pós-graduação em Educação na Modalidade Profissional. Doutor em Educação e Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade de Brasília; graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia. (heliomaia@unb.br)

 <http://orcid.org/0000-0002-8162-1137>

 <http://lattes.cnpq.br/2862635213467072>

\*\* Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, atuando também no Programa de Pós-graduação Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Doutorado em Educação, Mestre em Artes Cênicas e graduada em Teatro pela Universidade Federal da Bahia.

 <https://orcid.org/0000-0003-1462-2233>

 <http://lattes.cnpq.br/2781619787919218>

## Resumo

O artigo procura relacionar literatura historiográfica do Império Português do período colonial de Timor-Leste como fonte de argumentos para uma literatura ficcional pós-colonial por meio de duas obras de grande importância para o entendimento do período. As narrativas das obras *As possessões Portuguesas na Oceania* de Afonso de Castro de 1867 e *Ocupação e Colonização Branca de Timor* de Teófilo Duarte de 1940, ambos antigos governadores portugueses de Timor-Leste, são abundantes e apresentam fatos de grande beleza literária, que como fatos históricos, contam a saga do povo timorense. Com esse direcionamento o artigo traça o processo de colonização no rastro das Grandes Navegações que iniciou a globalização e a dominação cultural para culminar na historiografia oficial de Timor e os argumentos literários que dela podem ser colhidos. O trabalho é parte de pesquisa de doutoramento de um de seus autores e como metodologia procedeu-se a pesquisa bibliográfica a documentos históricos presentes na Biblioteca da Pós-Graduação da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

**Palavras-chave:** Historiografia. Timor-Leste. Argumento Literário. Pós-colonial.

## Abstract

The article tries to relate Portuguese historiographical literature of the colonial period of East Timor as the source of arguments for a postcolonial fictional literature through two works of great importance for the understanding of the period. The narratives of the works *As possessões Portuguesas na Oceania* of Afonso de Castro of 1867 and *Ocupação e Colonização Branca de Timor* of Teófilo Duarte of 1940, both former Portuguese governors of Timor-Leste, are abundant and present facts of great literary beauty, that as facts historical, tell the saga of the Timorese people. With this direction, the article traces the process of colonization in the trail of the Great Navigations that initiated the globalization and the cultural domination to culminate in the official historiography of Timor and the literary arguments that can be harvested from it. The work is part of the doctoral research of one of its authors and as a methodology, the bibliographic research was carried out to historical documents present in the Postgraduate Library of the National University of Timor Lorosa'e.

**Keywords:** Historiography. Timor-Leste. Literary Argument. Postcolonial.

## Introdução

Algumas narrativas históricas são repletas de juízo de valor e personalismo e muitas vezes podem se confundir com peças literárias ficcionais. Entre as narrativas que compõem a rica História do Império português e sua epopeia no período das Grandes Navegações abundam exemplos particularizados destituídos de imparcialidades e de relativismo cultural. Este último representa um conceito que nasce com as ideias de Franz Boas (1858-1942), considerado o fundador da antropologia cultural norte-americana, mas, ficou nomeadamente conhecido por seu discípulo Melville Herskovits (1895-1963). Segundo Barbara Miller, relativismo cultural é a

perspectiva segundo a qual cada cultura deve ser compreendida em termos das ideias e dos valores dessa cultura, e não deve ser julgada mediante os padrões de outra. Segundo Boas, nenhuma cultura está mais avançada que outra. Esta posição contrasta notavelmente com a dos evolucionistas culturais do século XIX.<sup>1</sup>

Não obstante a compreensão nos dias atuais dessas questões associadas ao relativismo cultural, as narrativas históricas são em grande parte a imposição de superioridade cultural. Quem narra, na maior parte das vezes, o faz com domínio cultural em relação ao objeto da narrativa. Há, porém, aquelas narrativas cujo narrador louva costumes locais e os coloca em superioridade em relação a sua cultura. Exemplo disso pode ser apresentado na narrativa de Pero Vaz de Caminha na sua célebre carta comunicando ao rei D. Manoel I o achamento do Brasil. Ao descrever a certa altura as indumentárias indígenas, sobretudo os cocares que designa pelo nome de carapuça, menciona mais uma vez o espanto com as genitálias das índias e tece uma comparação com as das europeias, nesses termos:

E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela.<sup>2</sup>

O grande império ultramarino português se estendeu até o Oriente, com domínios no Pacífico e no Índico e a narrativa histórica produziu grandes obras da literatura, sendo provavelmente a mais famosa delas *Os Lusíadas* de Camões. Todavia, o acervo se estende para uma vasta documentação de relatórios, crônicas, cartas, historiografias e literatura ficcional. A gradação em importância de todo esse acervo talvez se dê em proporção direta à relevância das possessões que a metrópole atribuía. Assim, vasto material foi esquecido por muito tempo em função da baixa atenção que Portugal lhes conferia. Isso pode ser notado nas narrativas produzidas sobre Timor-Leste, por exemplo. Nessa perspectiva, objetivamos nesse

<sup>1</sup> MILLER, Barbara. *Antropología Cultural*. Madrid: Pearson Educación, 2011, p. 14.

<sup>2</sup> BORGES, Márcio. *Cartas da Humanidade: Civilização escrita à mão. Cinco mil anos de história em 141 cartas imemoriais*. São Paulo: Geração, 2014, p. 201. A carta de Pero Vaz de Caminha (1500).

trabalho tratar de duas obras de cunho historiográfico sobre Timor-Leste produzidas por governantes portugueses em Timor e que apresentam grande riqueza para a literatura histórica.

A pesquisa representa um desdobramento de estudos para doutoramento de um dos autores e sua realização se deu a partir de análise de documentos e livros antigos presentes na Biblioteca do Programa de Pós-Graduação da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e em Dili, Timor-Leste.

A primeira obra a se tratar diz respeito à provável única historiografia sobre vasto período de Timor colonial de 1511 a 1863 produzida pelo Capitão de infantaria Afonso de Castro (1824 - 1885) que governou o Timor-Leste de setembro de 1859 a abril de 1863 e que publicou em 1867 seu livro *As Possessões Portuguezas na Oceania*, densa narrativa ímpar sobre a história de Timor-Leste que procurou varrer mais de três séculos do domínio colonial português, que em Timor se estendeu até 1975. A segunda obra é de outro governante português em Timor, o tenente Teófilo Duarte (1898 - 1958) que governou aquele território de setembro de 1926 a dezembro de 1928: *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, que embora já se insira em uma literatura do século XX, reflete fortemente o passado colonial dos séculos anteriores.<sup>3</sup>

O artigo, como se segue, está organizado em quatro itens, a saber: "Colonização e globalização: a cultura educacional e a difusão do livro" onde se procura situar o processo de colonização empreendido a partir das Grandes Navegações que encetou a globalização e o seu caráter de dominação cultural, disseminação de modelo educacional erigido a partir da popularização e difusão do livro, parte fundamental para construir a ideia de que as narrativas dos livros são importantes na composição da história de um povo; "Breves apontamentos sobre Timor-Leste em fragmentos de narrativas", que busca situar o território do Império português do ponto de vista geográfico e historiográfico através de excerto das narrativas das obras de Afonso de Castro e Teófilo Duarte, compondo assim o cerne dos recostes da história de Timor aqui tratados;<sup>4</sup> "O literário nas narrativas" que percebe no fato histórico por sua narrativa, fonte de grande valor literário dramático do seu período colonial. Por fim, nas "Considerações Finais" são tecidas breves palavras no sentido de valorizar as dramáticas narrativas historiográficas de Timor inserido no vasto império colonial português.

### **Colonização e globalização: a cultura educacional e a difusão do livro**

No atual discurso sobre a educação nos mais variados contextos, sejam naqueles associados ao senso comum ou nos inseridos no âmbito acadêmico, um consenso parece vir à tona, este traz a globalização como uma palavra-chave usada amiúde para descrevê-la. A

<sup>3</sup> CASTRO, Afonso de. *As Possessões Portuguezas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867; DUARTE, T. *Ocupação e Colonização Branca de Timor*. Porto: Educação Nacional, 1944. (Coleção Fórum - Estudos Coloniais, 13ª Secção, n. 2).

<sup>4</sup> *Idem*.

globalização envolve uma multiplicidade de diversos significados e dimensões do fenômeno. Seu discurso se imiscui no campo da economia, dos mercados, da concorrência por postos de trabalho, da produção, de mercados e serviços, das finanças, da informação, do estilo de vida e em todos os casos, as consequências políticas postas em andamento pela globalização econômica como entendido por Ulrich Beck, modificam as conjunturas locais das suas sociedades.<sup>5</sup> A presença de empresas transnacionais extrapola em suas dimensões e ações a existência do Estado. Opera-se economicamente no mundo inteiro e os negócios migram para onde as condições que os favoreçam sejam melhores, diminuindo a interveniência dos Estados Nacionais sobre os negócios. Em vista disso, as sociedades locais devem estar adequadas à ação global em todos esses campos, cujo mais evidente é o econômico. Presumivelmente, produzir uma sociedade global homogênea que se insira e compreenda essas dinâmicas, é adequá-la a aceitação sem estranhamento desse novo mundo.

Nesse entendimento, a educação parece ser uma das melhores vias para transformação com vistas à uniformidade da humanidade diversificada culturalmente, não estando esse fenômeno associado apenas ao final do século XX e início do século XXI. Assim como o processo de globalização comercial começou com as Grandes Navegações do século XV empreendidas pelos europeus, outros caudatários vieram a reboque neste processo a exemplo da catequese jesuítica e seu contorno educacional. Possivelmente, além da difusão da fé cristã, a educação disseminada por meio das ordens religiosas no cerne da colonização objetivou modelar os povos para uma concepção de mundo e de sociedade nos modelos europeus. Todavia, como afirma Yuval Noah Harari,

O centro de poder global só passou para a Europa entre 1750 e 1850, quando os europeus humilharam as potências asiáticas em uma série de guerras e conquistaram grandes partes da Ásia. Em 1900, os europeus controlavam firmemente a economia mundial e a maior parte de seu território. Em 1950, a Europa Ocidental e os Estados Unidos, juntos, eram responsáveis por mais da metade da produção global, ao passo que a porção da China havia sido reduzida a 5%. Sob a égide europeia, surgiram uma nova ordem global e uma nova cultura global. Hoje todos os humanos são, muito mais do que em geral estão dispostos a admitir, europeus em suas vestimentas, ideias e gostos. Podem ser ferrenhos opositores dos europeus em sua retórica, mas quase todos no planeta vêem a política, a medicina, a guerra e a economia da perspectiva dos europeus e escutam músicas compostas em estilos europeus com palavras em idiomas europeus. Até mesmo a próspera economia chinesa de hoje, que possivelmente logo reconquistará a primazia global, é edificada sobre um modelo europeu de produção e financiamento.<sup>6</sup>

Possivelmente, a globalização comercial iniciada nas grandes navegações, também tenha inaugurado a escolarização mundial em bases semelhantes, na medida em que seus agentes de educação, a exemplo dos Jesuítas que em seu *Ratio Studiorum*, como atesta Leonel Franca, delimitaram “as linhas mestras da organização didática e, sobretudo, sublinharam o espírito que deveria animar toda a atividade pedagógica da Ordem”,

<sup>5</sup> BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do globalismo*: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 90.

<sup>6</sup> HARARI, Yuval Noah. *Sapiens*: Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015, p. 289-290.

homogeneizando e difundindo uma cultura e um modo de entendimento do mundo que se prestou perfeitamente na conformação cultural dos povos para a aceitação e assimilação de padrões comportamentais necessários ao estabelecimento do empreendimento colonial no germe da globalização.<sup>7</sup> Assim, como mostra João A. Mac Dowell,

a globalização econômica e financeira não ocorreu de um momento para outro, nem constitui a totalidade do fenômeno em questão. Trata-se apenas de um aspecto, o mais saliente hoje, do processo de planetarização da cultura ocidental, que se inicia com a era moderna. [...] Com efeito, o dinamismo peculiar da civilização européia levou-a, a partir de fins do século XV, a expandir-se progressivamente por todo o globo, sob a forma de dominação política, exploração econômica e imposição de padrões culturais. Este expansionismo, impulsionado inicialmente pelas grandes navegações e pelo projeto mercantilista e colonizador que as gerou, teve como mola propulsora e condição de eficácia a racionalidade tecnocientífica, com sua visão de um mundo a ser recriado à imagem e semelhança do homem, segundo suas ideias e seus interesses.<sup>8</sup>

No modelo colonial português, em que pese os valores eurocêntricos que se imprimiu aos colonizados, houve também uma assimilação e difusão por parte dos portugueses de valores culturais coloniais, sobretudo bens materiais. Até porque o processo mercantil leva à Europa produtos manufaturados e matéria-prima africana e asiática para seu deleite. Muitos desses elementos foram incorporados aos hábitos e costumes portugueses para uso nos trópicos coloniais onde exerciam o poder e alguns outros para a utilização na Europa. Os negócios portugueses além de atenderem a metrópole e o mundo europeu, atendiam também as colônias, multiculturando-as ou gestando culturas coloniais miscigenadas, pois, segundo Gilberto Freyre,

os portugueses, senhores de numerosas terras na Ásia e na África, se haviam apoderado de uma rica variedade de valores tropicais. Alguns inadaptáveis à Europa. Mas todos produtos de finas, opulentas e velhas civilizações asiáticas e africanas. Desses produtos, o Brasil foi talvez a parte do império lusitano que, graças às suas condições sociais e de clima, mais largamente se aproveitou: o chapéu-de-sol, o palanquim, o leque, a bengala, a colcha de seda, a telha à moda sino-japonesa, o telhado das casas caído para os lados e recurvado nas pontas em cornos de lua, a porcelana da China e a louça da Índia. Plantas, especiarias, animais, quitutes. O coqueiro, a jaqueira, a mangueira, a canela, a fruta-pão, o cuscuz. Móveis da Índia e da China.<sup>9</sup>

Como pode ser visto possivelmente os bens materiais das colônias africanas e asiáticas tenham sido mais facilmente assimilados pelos europeus nessas transações interculturais do que os bens imateriais, aí compreendidas representações do mundo, técnicas de trabalho, crenças religiosas, expressões artísticas, culinária, línguas, etc. É perfeitamente compreensível que as narrativas dos povos colonizados com suas línguas ágrafas tenham sido registradas pelos próprios colonizadores em suas línguas europeias e certamente a essência cultural de um povo, que só uma língua autóctone pode conferir a sua narrativa, tenham sido corrompidas pelo interveniente linguístico do colonizador. A língua tétum autóctone de Timor-Leste, por

<sup>7</sup> FRANCA, Leonel. *O método dos Jesuítas: o "Ratio Studiorum"*. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p. 16.

<sup>8</sup> DOWEL, João A. Mac. Os jesuítas e a globalização uma alternativa. In: BINGEMER, M. C. L.; et al (eds.). *A Globalização e os Jesuítas: Origens, história e impactos*. Vol. 1. São Paulo: Loyola, 2017, p. 13.

<sup>9</sup> FREYRE, Gilberto. *China Tropical*. Brasília: Ed. UnB, 2003, p. 11-12.

exemplo, tem um papel quase coadjuvante neste país. Isso é evidenciado por Geoffrey Hull e Lance Eccles, ao afirmarem que,

o tétum e o português, as duas línguas principais de Timor-Leste, emergiram quase milagrosamente ilesas dos vinte e quatro anos de uma ocupação brutal estrangeira que visava a destruição da identidade desta pequena nação na orla do Pacífico. No seu Congresso de Agosto do ano 2000, o Conselho Nacional da Resistência Timorense votou pela restauração do estatuto do português como língua oficial em Timor-Leste e declarou o tétum (denominado *lia-tetum* pelos seus falantes) a sua língua nacional. A Constituição Nacional, promulgada no dia 20 de maio de 2002, elevou o tétum à posição de língua co-oficial.<sup>10</sup>

Assim mesmo, o tétum contemporâneo é produto da interferência linguística dos portugueses. É considerado “como a língua veicular de uma nação cujos cidadãos falam dezesseis línguas diferentes”<sup>12</sup>. A elite dirigente de Timor-Leste, remanescentes e mestiços de tradição lusitana, tem se esforçado, como prioridade, pela padronização da língua e, “para este fim, foi inaugurado o Instituto Nacional de Linguística (INL) na Universidade Nacional de Timor Lorosa’e em 2001”<sup>12</sup>. Um esforço da intelectualidade local.

Dentro dessa perspectiva, a partir da interferência das ordens religiosas na educação colonial, a assimilação da língua do colonizador em sua expressão oral e escrita, passou a fazer parte do processo de dominação dos povos. Ensina-se a ler e a escrever na língua do colonizador, para também forjar um modo de pensar, de se comportar, de atuar no universo colonial, procurando estabelecer os paradigmas culturais hegemônicos do dominador. Como indica Christopher Stanley, a análise pós-colonial procura expor os diversos mecanismos sociais e ideológicos que potências coloniais usaram para manter a hegemonia sobre as mentes e corpos dos povos colonizados e explicar como ambos, os colonizadores e colonizados são moldados por sua participação em tal sistema.<sup>11</sup>

Muito ocorreu também, a exemplo do que fizeram os jesuítas no Brasil, a gramaticalização e dicionarização de línguas autóctones de povos antigos. Se por um lado o registro estabeleceu a preservação de línguas que de outro modo pelo processo colonial de imposição linguística as levaria ao desaparecimento, por outro lado, favoreceu o processo de dominação ao instrumentalizar o colonizador com uma ferramenta conhecida pelo colonizado, a sua própria língua. Nessa empresa, o colonizador passou a modelar seu pensamento e suas intenções em um universo linguístico familiar ao dominado, facilitando a conquista e a adaptação cultural.

A educação escolarizada pelos moldes eurocêntricos gestada no período colonial difundiu saberes e formou elites nas colônias, estabelecendo uma casta governante composta pelos filhos dos colonos e por mestiços remediados que compunham a máquina administrativa colonial e as altas patentes das forças de seguranças locais. Estas eram responsáveis pela contenção, através da coação armada, das revoltas potenciais dos contingentes de nativos que

<sup>10</sup> HULL, Geoffrey; ECCLES, Lance. *Gramática da Língua Tétum*. Lisboa; Porto; Coimbra: Lidel, 2005, p. XV.

<sup>11</sup> STANLEY, Christopher. *The Colonized Apostle: Paul Through Postcolonial Eyes*. Minneapolis: Fortress Press, 2011.

ficaram à margem do processo educacional e conseqüentemente, afastados do usufruto dos bens que produziam. Transformados em serviçais da empresa colonial, produziram e geraram riquezas que fortaleceram e fizeram prosperar ainda mais as metrópoles.

O modelo de organização dos saberes pelo registro, embora não seja na história algo recente, desde as civilizações hidráulicas que já conheciam a escrita, se registra o conhecimento, permitindo que as gerações futuras o acesse e aperfeiçoe, possibilitou certo nível de difusão de saberes. Todavia, na Idade Média, com o florescimento das cidades, após o período das hordas bárbaras na Europa, em um recomeço de pacificação, por volta de 1100, se testemunha um surgimento de uma fase cultural riquíssima. Ainda que não tenha a prensa de Gutenberg tido seu protagonismo, a Europa vê surgir artefatos culturais importantes, como o papel da China, tinta árabe, a caneta com ponta de feltro que de certa forma facilitou o trabalho dos copistas. É também no século XII que surge Hugo de São Vítor em uma das mais importantes escolas da época, a Abadia de São Vítor na França. Ao testemunhar a ânsia dos jovens em busca do saber, elabora um livro com o intuito de auxiliar na construção dos itinerários intelectuais dos estudantes, o *Didascálicon da arte de ler*, de 1127. Como menciona Antonio Marchtonni, tradutor da obra de Hugo de São Vítor para o português, no prefácio da edição de 2001, sobre o estímulo que representou aquele livro para os jovens da época,

Com efeito, incitando seus jovens a "ler tudo", Hugo estava inaugurando aquela era do livro, que daria vida à Universidade e duraria até o começo do terceiro milênio, quando o livro está sendo substituído pela página eletrônica, prancheta onde leremos *on Une* via rádio jornais, revistas e livros.<sup>12</sup>

Foi, porém, um invento europeu do século XV, a prensa de tipos móveis de Gutenberg, a responsável pelo lançamento das bases materiais que permitiram o desenvolvimento do que viria a ser conhecido atualmente como economia do conhecimento. Pela prensa, eventos marcantes como o Renascimento Cultural e a Revolução Científica dos séculos XVI e XVII ampliaram a difusão e a inclusão de novos indivíduos na roda da história do conhecimento. Segundo Charles Van Doren, pela invenção de Gutenberg em torno de 1430,

no espaço de cinquenta anos, a maior parte dos livros importantes que tinham sido escritos foram reeditados à maneira nova. Em 1490, os editores lamentavam o sucesso do novo empreendimento, que parecia ter esgotado rapidamente o seu produto, ao mesmo tempo que abria um novo mercado, enorme e faminto. [...] Assim que os livros antigos foram impressos, começaram a ser escritos outros novos. Tratavam de coisas novas e eram escritos de formas diferentes. Os livros abordavam temas que pareciam inteiramente originais: novos conceitos, novas disposições políticas. Novos sonhos daquilo em que o mundo se poderia transformar.<sup>13</sup>

Para Charles Van Doren estes livros mudaram a educação por todo lado, pois agora os estudantes tinham, antes de qualquer coisa, de aprender a ler, sendo a educação de então

<sup>12</sup> MARCHTONNI, Antonio. Prefácio da Edição em português da obra *Didascálicon da arte de ler*. In: DE SÃO VÍTOR, H. *Didascálicon da arte de ler*. Trad. Antonio Marchtonni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 9.

<sup>13</sup> DOREN, Charles Van. *Uma breve história do conhecimento*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012, p. 425.

baseada, sobretudo na oralidade.<sup>14</sup> Mesmo com o estímulo à leitura dado por Hugo de São Vítor, é possível que, em função dos custos, uma cópia manuscrita de livros não fosse tão popularizada. A leitura também trouxe novas formas de pensar nos problemas antigos. A difusão dessas ideias pela palavra escrita, possivelmente permitiu a mais pessoas empreenderem seus talentos para o advento de novos conhecimentos e com eles a colocação em xeque de estruturas arcaicas baseadas na guarda e proteção do conhecimento na mão de poucos que podiam pagar por uma cópia manuscrita de um livro.

Um século após Gutenberg, a maior parte das estruturas morais e religiosas da época pré-letrada desmoronaram. Mais um século e as estruturas artísticas e intelectuais ruíram. Durante os trezentos anos que se seguiram a 1490, todas as nações da Europa se encontravam ou num estado de revolta ativa, ou travando uma batalha desesperada contra as novas ideias de governo. Gutenberg tem o mérito de ter sido um dos inventores mais revolucionários da história.<sup>16</sup>

Centrando a compreensão no advento do livro impresso como ponto de partida para a formação de todo um sistema educacional inovador e de difusão de conhecimentos que começou a se estruturar no século XVI, baseado no letramento e no cultivo da compreensão dos clássicos da literatura greco-romana, tanto no campo das artes quanto no campo da filosofia e das ciências antigas, se erigiu as bases da civilização ocidental moderna e sua poderosa “máquina” eurocêntrica de dominação cultural pela escolarização da educação uniforme e universal. Não se pode dizer que o saber acumulado, registrado, e, sobretudo, aquele que se desenvolveu no campo das ciências, é apenas mais uma forma cultural de saber diante das outras formas culturais que a humanidade desenvolveu. É possivelmente, o mais poderoso em função da profusão de problemas que conseguiu resolver, embora tenha criado outros tantos para os quais buscam solução em um interminável ciclo de criação e resolução.

Outro elemento que se pode analisar diz respeito à historiografia registrada pelos colonizadores e nesse sentido o viés civilizatório nela contida narra os fatos das culturas autóctones dos dominados como bárbara, destituída de valores civilizados, mas muitas vezes expressam grande beleza e que compõem rica produção literária dada a profusão de elementos reunidos, ainda que na ótica do colonizador. Nesse sentido, a contribuição do império lusitano foi profícua, uma vez que traz a tona riquíssimas culturas dos povos que alcançaram e que, de certa forma, notabilizaram e difundiram nos livros, que funcionaram perfeitamente como instrumentos culturais, projetando para a posteridade volume imenso de informações e conhecimentos, como pode ser lido no próximo item que traz recordes das obras de Afonso de Castro e Teófilo Duarte sobre a história de Timor-Leste apontadas acima.

<sup>14</sup> DOREN, Charles Van. *Uma breve história do...* *Op. cit.*, p. 426.

## Breves apontamentos sobre Timor-Leste em fragmentos de narrativas

Timor-Leste é considerado um território transcontinental por ter seu litoral ao norte banhado pelo Oceano Pacífico e ao sul pelo Oceano Índico. Contudo, normalmente é localizado no sudeste asiático, estando a pouca distância do norte da Austrália. Insere-se na historiografia oficial portuguesa sobre seu império ultramarino a partir de 1511, tendo permanecido como colônia até 1975, quando por ocasião da Revolução dos Cravos em Portugal, as tropas portuguesas abandonaram a ilha abrindo espaço para proclamação de uma independência unilateral que durou 9 dias, sendo invadido e anexado pela Indonésia até o ano de 1999.

Afonso de Castro para integrar o território nessa historiografia portuguesa menciona no ano de 1867 que "do nosso grande império do oriente, da famosa herança que nos legaram os Castros e Albuquerque, das vastas conquistas que a terrível espada dos nossos guerreiros, ou a inspirada palavra dos nossos missionários nos traçaram no oriente" havia restado apenas àquela altura (final do século XIX) Goa, Macau e Timor-Leste.<sup>15</sup>

Quanto a referência a "Castros e Albuquerque" o que quis dizer Afonso Castro?

Vamos encontrar esses personagens também na epopeia de Camões, *Os Lusíadas*, canto I, estrofe 14. O poeta se refere aos conquistadores Afonso de Albuquerque (1453-1515) e D. João de Castro (1453-1515) como "Albuquerque terrível, Castro forte, e outros em quem poder não teve a morte".<sup>16</sup> A referência feita por Afonso de Castro a "Castros e Albuquerque", calha com o apontado na epopeia de Camões sobre os exploradores. O primeiro se destaca por suas ações militares e políticas que foram fundamentais para o estabelecimento e consolidação do Império português no Oceano Índico e o segundo foi governador, capitão-general e vice-rei do Estado português da Índia. Em relação às duas obras, nota-se um imbricamento entre a poesia camoniana e a historiografia de Afonso de Castro de modo perceptível. E foi depois da conquista de Malaca que Albuquerque começou a explorar o sudeste do Pacífico em demandas por especiarias, chegando ao território de Timor pelas mãos dos missionários Dominicanos que já haviam se instalado em algumas ilhas do arquipélago de Sunda, entorno da ilha de Timor.

Ao contrário do que oficialmente foi narrado sobre o grau civilizatório dos indígenas brasileiros quando da chegada de Pedro Álvares Cabral, os nativos timorenses, possuíam à mesma época uma estrutura feudal, composta por diversos reinos em constantes guerras entre eles, com costumes e línguas diferentes. Em sua obra *Os Antigos Reinos de Timor-Leste*, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo identifica 54 reinos e 15 línguas em Timor-Leste descritas pelo Padre João Ferreira Gomes, superior e Vigário-Geral das missões católicas de Timor em 1896.<sup>17</sup> Já havia também um comércio de produtos como o sândalo entre tribos timorenses com chineses. Porém, na narrativa de Afonso de Castro é perceptível o pouco caso que os

<sup>15</sup> CASTRO, Afonso de. *As Possessões Portuguezas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. IX.

<sup>16</sup> CAMÕES, Luiz Vaz de. *Os Lusíadas*. Paris: Livraria Europea de Baudry 1846, p. 5, canto I, estrofe 14.

<sup>17</sup> XIMENES BELO, Dom Carlos Filipe. *Os Reinos Antigos de Timor-Leste*: Reys de Lorosay e Reys de Lorothona, Coronéis e Datos. Porto: Ed. Porto, 2013, p. 38.

portugueses deram a essa terra durante pelo menos 300 anos de colonização. Segundo ele, não havia

nenhuma tão desamparada como Timor, e por isso nenhuma tão miserável, e que menos se ressinta da dominação de uma potência civilizada. Timor, que tem dois elementos essenciais para a sua prosperidade - fertilidade de solo e bastante população - acha-se na maior miséria. A indústria reduz-se ao fabrico de toscas panelas de barro. O comércio reduz-se à permutação dos poucos produtos do país, tais como cera, sândalo, café, milho, cavalos e búfalos por tecido de algodão, armas, pólvora, bebidas espirituosas, manilhas e facas. A agricultura reduz-se ao cultivo do milho, do arroz, do café, do trigo, e das batatas e poucos mais gêneros, seguindo-se os primitivos processos no granjeio destes produtos.<sup>18</sup>

Como se pode notar, a abordagem acima busca identificar a "miséria" de Timor como falta da ação civilizatória, já que possuía fertilidade do solo e bastante população, querendo com isso apontar, possivelmente, um contingente de pessoas que estariam à disposição para a exploração da empresa colonial lusitana.

Teófilo Duarte, já no século XX encontra algumas razões para o "desprezo" de Portugal em relação ao Timor, entre elas, na sua narrativa, menciona a distância da colônia em relação à metrópole, o que representava um empecilho para aqueles que potencialmente desejariam explorar novas terras. Outro fator apontado diz respeito à insalubridade de Timor para a vida confortável, uma ilha destituída de acomodações adequadas a europeus e outra, a selvageria dos seus habitantes, cuja crônica literária dos raros viajantes, indicava constantes massacres e ataques brutais a incautos europeus que se aventuravam no território.<sup>19</sup> Esse último fator está disseminado com farto exemplo na obra de Teófilo Duarte, sobretudo quando narra as constantes insurgências dos nativos da área de Manufahi, reino antigo, situado na costa sul de Timor, um foco de rebeldia presente na história colonial do território. Segundo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo esse reino "era um dos mais ricos e poderosos de Timor, sobretudo no fim do século XIX e princípios do século XX".<sup>20</sup>

Na narrativa de Teófilo Duarte, uma das insurgências desse reino no final do século XIX, no ano de 1895, ocorreu devido à recusa de seu rei, o liurai\*, Duarte da Costa Souto Maior em pagar a finta, imposto cobrado por Portugal em mercadorias, e do envio de 20 homens para serviço militar em Dili. Para debelar a rebeldia o governador de então, Tenente-coronel de cavalaria José Celestino da Silva "organiza uma força, composta por 22 oficiais e 350 moradores e 12 mil timorenses, para obrigar Dom Duarte a render-se".<sup>21</sup> No cerco promovido por Celestino, um dos flancos de ataque, porém, comete um erro em não observar estratégia traçada e acaba trucidado. O que no dizer de Teófilo Duarte,

---

\* Título nobiliárquico timorense equivalente a rei.

<sup>18</sup> CASTRO, Afonso de. *As Possessões Portuguezas na... Op. cit.*, p. XIV.

<sup>19</sup> DUARTE, Teófilo. *Ocupação e Colonização... Op. cit.*

<sup>20</sup> XIMENES BELO, Dom Carlos Filipe. *Os Reinos Antigos de... Op. cit.*, p. 201.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 202.

A não observância de tal atitude teve como resultado um ataque formidável por parte de todos aqueles povos, uma luta desesperada que durou um dia e uma noite, e uma retirada de Forem sobre Fatumeia quando começaram escasseando as munições. Ao chegarem porém aqui, encontraram o forte incendiado e a guarnição trucidada; o desânimo apoderou-se de todos, e fazendo fogo aqueles a quem restavam cartuchos e fugindo os restantes num salve-se quem puder indescritível, são na sua quase totalidade, vítimas de uma chacina implacável. As cabeças cortadas de quatro oficiais, de alguns sargentos, e de várias praças europeias e indígenas são troféus que fazem delirar os rebeldes.<sup>22</sup>

Porém gradualmente Celestino da Silva haveria de controlar os insurgentes, mas não sem reveses, até sua definitiva saída de Timor. O governador representou para Portugal o grande consolidador do empreendimento colonial em Timor após quase quatro séculos. Antes dele se sucediam governadores militares com curtos mandatos de em média dois anos de duração o que não gerava uma ação de constância sobre o território de modo mais duradouro. Porém, com José Celestino da Silva a administração ganharia outros contornos. Não à toa Celestino passaria à história portuguesa como “Rei do Timor”. Em função da sua longevidade no posto de governo, mudou a feição da colonização na ilha. Primeiro empreendeu a pacificação entre as tribos por meios diplomáticos, mas também, financiando tribos para o combate com outras menos “amansadas” ou urdindo intrigas através de uma rede de espiãs timorenses, suas amantes, tendo deixado, inclusive, inúmeros descendentes mestiços. Segundo, governou o território com mãos de ferro até 1908. Celestino da Silva ficou sendo sempre para o indígena, o homem cujos olhos perscrutavam tudo e a todos, aquele para quem não havia segredos por mais bem guardados que fossem. Em seus quase 14 anos como governante de Timor, havia concentrado poder, propriedades e personalismo de modo a estabelecer uma rede de comando militar por toda a ilha. Essa concentração de poder, possivelmente ensejou sua exoneração, pois a empresa colonial estava deixando de ser portuguesa para ser de Celestino.

A sua saída de Timor representou um alívio para os diversos reinos e seus *liurais* sufocados. Focos rebeldes de há muito aquietados voltaram a atuar a exemplo de Manufahi. No entanto, mesmo após a saída de Celestino de Timor, sua aura ainda representava algo a ser temida. Significativo de tal estado de espírito é o episódio de nova insurgência da Revolta de Manufahi de 1912, isto é, quatro anos após a sua exoneração, os chefes principais terem voltado às avessas, um retrato seu que pendia das paredes da sala de um comando que acabavam de assaltar, de modo que os seus olhos os não incomodassem nas resoluções que iam tomar.

A pesquisa desses fatos históricos nos livros de referência citados acima nos trazem a surpresa de espantosas histórias, por vezes trágicas, outras românticas, de selvagerias incontidas, mas todas, produto da observação de seus autores de cultura diversa da dos observados. Possivelmente esses opostos, algumas vezes, mostrem “heróis” e “vilões” se alternando na percepção subjetiva dos seus leitores. Esses historiadores, a seu tempo e em seus estilos literários, esculpiram com as palavras das suas narrativas capítulos ímpares dos

---

<sup>22</sup> DUARTE, Teófilo. *Ocupação e Colonização...* Op. cit., p. 36.

domínios portugueses. Ainda que tenham realizado registros de fatos históricos, denotam intensa beleza literária em seus estilos, o que pode ser observado no próximo tópico.

## O literário nas narrativas

Os fatos que ocorrem no tempo são objeto de análise da História, e a compreensão do que se passa hoje em Timor-Leste, se constrói e se compreende a partir desses elementos do seu passado. A documentação histórica de Timor-Leste e sua preservação, que atestam a veracidade das narrativas, sempre sofreram reveses, desde o período colonial, como deixa claro Afonso de Castro na sua crônica sobre a história colonial de Timor (*As possessões portuguesas na Oceania*), onde muitos dos documentos que podiam comprovar suas especulações foram perdidos ou não encontrados, até os tempos da invasão indonésia e muitos desses documentos, sobretudo aqueles até 1975, que tratavam das propriedades e guardavam o histórico fundiário, por exemplo, foram destruídos pela sanha das milícias pró-Indonésia em produzir “terra arrasada”, quando da decisão por plebiscito da maioria da população timorense em se tornar independente daquele estado em 1999. O prejuízo dessa destruição documental, não ocorreu apenas no campo dos dados históricos, mas também, para as populações de refugiados que retornavam para suas casas e encontravam já outros lá habitando. Como comprovar então, que eram os antigos donos, já que toda a prova documental havida sido definitivamente perdida? A gravidade dessa situação, que no campo da justiça provisória instalada, impossível de resolver sem provas documentais, iria repercutir mais no futuro, nos conflitos internos. Em sua monumental obra, António Barbedo de Magalhães, informa-nos que,

os serviços de registro de propriedade tinham sido completamente queimados e os registros destruídos. Aparentemente, o livro com os títulos de propriedades de Díli foi levado para a Indonésia pelo chefe dos serviços correspondentes. Ao fazê-lo, salvou os títulos de propriedade registrados no período de ocupação indonésia, com o objectivo de apoiar reivindicações de propriedade de indonésios e as correspondentes compensações. Em todo o caso, os documentos que poderiam validar esses registros foram destruídos. E todos os registros anteriores, dos tempos dos portugueses, desapareceram.<sup>23</sup>

Aqui fica patente a importância das narrativas, ainda que documentais a atestar a veracidade do que as pessoas dizem oralmente. A análise da narrativa mesmo técnica sobre algum assunto pode ser de grande beleza e possuir mensagem poderosa. Exemplo disso é o que foi produzido pelo já mencionado “Rei do Timor”, Celestino da Silva, quem de fato concretizou a empresa colonial no território. Ao montar uma estratégia de dominação inicialmente pela diplomacia, instalou uma rede de guarnições militares em todo o território que facilitou a dominação. As populações do Timor, divididas em pequenos reinos governados

<sup>23</sup> BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *Timor-Leste - Interesses Internacionais e actores locais*. Vol. III: A difícil construção do Estado democrático, 1999-2007. Porto: Afrontamento, 2007, p. 628. *Apud*: FITZPATRICK, Daniel. *Land claims in East Timor*. Camberra: Asia Pacific Press, 2002, p. 7.

pelos *liurais*, estavam constantemente em contendas, pilhando as terras uns dos outros. A primeira estratégia de Celestino da Silva foi empreender a pacificação entre as tribos, ora financiando tribos para o combate com outras menos “amansadas”, ora urdindo intrigas por sua rede de espiãs timorenses. Suas ordens aos comandados expressam estratégia e cuidado para o controle e o fomento da empresa colonial. Teófilo Duarte nos informa sobre essas instruções dadas por Celestino, como pode ser lido no fragmento abaixo:

É absolutamente indispensável que os comandantes militares subalternos se instruem sobre a língua dos indígenas, seus usos e costumes; que conheçam dentro da área da sua jurisdição, todos os caminhos ainda os mais recônditos, todas as povoações, todos os habitantes, os chefes indígenas e suas famílias; que lhes não passe despercebida a saída para fora, ou a entrada de qualquer; que tenham perfeito conhecimento de todos os casamentos, óbitos e nascimentos; que façam um arrolamento exato da população; que não deixem derrubar florestas cuja destruição possa exercer influência nas condições climáticas; que não deixem despir de arvoredo, as nascentes de água; que conservem sempre em bom estado os caminhos vicinais; que vigiem se os indígenas conservam em bom estado de limpeza as suas plantações de café, e se fazem cultivos suficientes para a sua alimentação; se há transgressão dos regulamentos de polícia rural de mercados; se o contrabando se exerce; se são respeitados os regulamentos que regem a venda do sal; e enfim se há quaisquer causas que possam vir a alterar o sossego público. É isto o que os Senhores comandantes militares têm o dever de exigir dos seus subalternos, além do mais que especialmente lhes determinem, por isso que das faltas, dos desleixos, da incúria deles, são os primeiros responsáveis.<sup>24</sup>

Observa-se nesse trecho a preocupação de Celestino para que seus militares aprendessem as línguas dos povos e elementos das suas culturas, além de conhecer as pessoas pelos nomes e todos os caminhos que chegavam aos vilarejos. Mas, ao ordenar o impedimento de derrubar florestas e a sua justificativa para isso, demonstra um pensamento avançado para época. Temos aqui uma preocupação ecológica para o controle climático e com a proteção das nascentes, ainda que em benefício da lavoura cafeeira que rendia lucros. Contudo, é perceptível sua preocupação também com a lavoura para a alimentação do nativo, certamente uma forma de controle para evitar rebeldias.

Mas, as rebeldias retornaram após a saída de Celestino. O controle que havia efetivado em Manufahi, por exemplo, se esvaiu após sua exoneração o que culminou em 1912 com a grande Revolta de Manufahi já citada. Nesse episódio entra em cena outro governador de Timor o 1º tenente da armada Filomeno da Câmara de Melo Cabral que assumiu o governo de Timor em 1911 ficando até 1913 após seis outros governadores terem sucedido Celestino da Silva por curtos períodos de não mais do que um ano e, por não conseguirem debelar as rebeldias dos nativos ou talvez, por uma medida da metrópole para evitar o personalismo e o poder concentrado por Celestino, ficaram pouco tempo em Timor.

O fato é que após alguns meses do estabelecimento de Filomeno da Câmara em Timor, a Revolta de Manufahi estourou. Os habitantes do reino, liderados pelo *Liurai* Dom Boaventura da Costa Souto Maior, filho do *liurai* Dom Duarte de Costa, o antigo rei que havia se rebelado contra Celestino da Silva em 1895. As batalhas cruentas se sucederam e a população de Dili, a

<sup>24</sup> DUARTE, Teófilo. *Ocupação e Colonização... Op. cit.*, p. 32.

capital de Timor, chegou a receber falsa notícia de que as tropas rebeldes de Manufahi haviam matado Filomeno da Câmara. Mas, a brutalidade de Filomeno foi tamanha, o que lhe rendeu em Portugal a fama de bárbaro, que debelou a rebelião e aprisionou o *liurai* Dom Boaventura. Sobre o destino desse *liurai* pairam dúvidas. Não se sabe se foi deportado, se foi para a prisão perpétua ou executado de imediato. Há um consenso entre os timorenses de que após sua prisão, Filomeno da Câmara determinou sua execução e o enterro do seu corpo no portão de entrada do cemitério de Santa Cruz, o maior de Díli, para que passasse a eternidade sendo pisoteado por todos. Essa última narrativa se é fato histórico ou não, apesar de trágica, tem a natureza poderosa de argumento literário de grande dramaticidade que as grandes obras literárias possuem.

Os argumentos literários nestas obras de historiografia parecem inesgotáveis e certamente renderiam vasta literatura ficcional. O que dizer da imposição de Celestino da Silva de que ao prestarem os pactos de vassalagem quando eram sagrados *liurais* em seus reinos, os régulos timorenses e seus familiares comparecessem às cerimônias vestidos à europeia? Homens e mulheres que deviam substituir seus trajes tradicionais por "roupas finas" na concepção do colonizador.

Assim, embora hoje se discuta a formação e conformação de produção literária autóctone nas nações que sofreram o processo de colonização, em busca de um *status* pós-colonial que, ao mesmo tempo produza um pensamento descolonizado, a historiografia, ainda que oficial, pode muito bem ser fonte de bons argumentos artísticos e literários tão vastos quanto o próprio Império Português, o que muito provavelmente se deva à riqueza e beleza da própria língua e seus recursos narrativos. Apesar de o pós-colonial englobar todos os elementos culturais surgidos posteriormente à colonização europeia, entende-se aqui, que os europeus remanescentes e seus descendentes diretos nas ex-colônias, continuaram na hegemonia do comando em grande parte das ex-colônias que se tornaram países independentes e terminaram também por influenciar os campos da educação e da literatura, para mencionar apenas esses dois. Desse modo, ao buscar o conhecimento cultural dos povos que foram dominados no sistema colonial, nos referiremos à cultura das populações autóctones que tiveram a sobrevivência dos conhecimentos culturais conquistados ao longo da sua história, ameaçados pela dominação estrangeira, e até, suplantados por esta. Assim, no rastro do pós-colonialismo, surgem à luz a importância da sua consideração, discussão e como podem fazer parte de um universo, que embora esteja globalizado, é multicultural, podendo também, utilizar-se de uma historiografia clássica sobre si para se reinventar e criar.

## Considerações finais

O argumento presente nesse trabalho, de que a historiografia produzida por agentes colonizadores, como aqui referida a Afonso de Castro e a Teófilo Duarte possa servir de fonte de argumentos para uma literatura pós-colonial, não tem a pretensão de organizar ou orientar

ações nesse sentido. É mais uma forma de reconhecer a beleza e a dramaticidade dos fatos produzidos em uma nação ímpar como Timor-Leste, em busca de seu lugar no mundo, onde possam produzir uma literatura sobre si e sobre o seu passado, utilizando como referência as narrativas da sua dramática historiografia ainda que contada pela pena dos colonizadores. Portugal em seus vastos domínios exerceu papel fundamental na produção de histórias e resgates etnográficos, cruéis ou não, modelou por seus escritores, testemunhas da história, instantâneos da vida cultural de muitos povos que mesmo em sua inserção atual pós-colonial na busca de identidades próprias, guardam de Portugal uma versão das suas histórias. Versões que podem ser apropriadas na contemporaneidade para releituras que também incorporem a identidade pós-colonial do povo timorense, que ademais contribuiu para o engrandecimento da História Portuguesa.

## Referências

- BARBEDO DE MAGALHÃES, António. *Timor-Leste - Interesses Internacionais e actores locais*. Vol. III: A difícil construção do Estado democrático, 1999-2007. Porto: Afrontamento, 2007.
- BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BORGES, Márcio. *Cartas da Humanidade: Civilização escrita à mão. Cinco mil anos de história em 141 cartas imemoriais*. São Paulo: Geração, 2014.
- CASTRO, Afonso de. *As Possessões Portuguezas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- DOREN, Charles Van. *Uma breve história do conhecimento*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- DOWEL, J. A. M. Os jesuítas e a globalização uma alternativa. In: BINGEMER, M. C. L.; et al (eds.). *A Globalização e os Jesuítas: Origens, história e impactos*. Vol. 1. São Paulo: Loyola 2007.
- DUARTE, T. *Ocupação e Colonização Branca de Timor*. Porto: Educação Nacional, 1944. (Coleção Fórum - Estudos Coloniais, 13ª Secção, n. 2).
- FITZPATRICK, Daniel. *Land claims in East Timor*. Camberra: Asia Pacific Press, 2002.
- FRANCA, L. *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FREYRE, Gilberto. *China Tropical*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HULL, Geoffrey; ECCLES, Lance. *Gramática da Língua Tétum*. Lisboa; Porto; Coimbra: Lidel, 2005.
- MARCHTONNI, Antonio. Prefácio da Edição em português da obra *Didascálicon da arte de ler*. In: DE SÃO VÍTOR, H. *Didascálicon da arte de ler*. Trad. Antonio Marchtonni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MILLER, Barbara. *Antropología Cultural*. Madrid: Pearson Educación, 2011.
- STANLEY, Christopher. *The Colonized Apostle: Paul Through Postcolonial Eyes*. Minneapolis: Fortress Press, 2011.
- XIMENES BELO, Dom Carlos Filipe. *Os Reinos Antigos de Timor-Leste: Reys de Lorosay e Reys de Lorothona, Coronéis e Datos*. Porto: Ed. Porto, 2013.